

ÉTICA: uma questão sem importância?

Aurélio Alves Ferreira¹

De acordo com Aristóteles, em essência, o ser humano é um animal político. O que significa dizer que ele ou ela é dotado ou dotada, desde seu nascimento, da capacidade de articular linguagem; da capacidade de elaborar e expressar seu próprio pensamento na busca por atender sua própria natureza, que é a felicidade. Mas para alcançar tal finalidade, o mais importante e mais elevado a ser defendido é a vida de todos os cidadãos. Por esse motivo é que o(a) político(a), para Aristóteles, tem maior possibilidade de alcançar a felicidade, pois tem o poder de **praticar o bem ao maior número de pessoas**, o que ocorre quando quem governa a *polis* (cidade) pratica a justiça e dela não se afasta. É também por esse motivo que tal governante será tanto melhor, quando realiza ações destinadas ao bem da cidade, quer dizer, ao bem de todos(as) os(as) cidadãos(ãs).

Para garantir justiça na distribuição dos bens, é determinante usar como critério a proporcionalidade geométrica em que se encontra cada cidadão, uma vez que, na multiplicidade de cidadãos, muitos são iguais numa dada medida e muitos são desiguais noutra medida. Quando se considera o número de filhos, o local onde mora, quantos estão empregados, quantos desempregados, se há alguém deficiente e qual a medida da deficiência; ou se há alguém doente na família. Tais medidas são centrais para avaliar, em comparação com os vários cidadãos e suas condições, qual é a proporção do auxílio que cada pessoa deve receber e até se deve, de fato, receber algum apoio do Estado. Daí a necessidade de perguntarmos: qual foi e qual é a medida utilizada para fazer justiça com os cidadãos e cidadãs desse país? Quem, de fato, viveu e vive uma terrível história de injustiça? Os povos indígenas sobreviventes ou os proprietários do agronegócio, ou da mineração? Como falar de ética, justiça, cidadania, direitos humanos e fundamentais envolvendo pessoas negras e indígenas no Brasil dos últimos 500 ou 200 anos?

¹ Professor de Filosofia e Sociologia do IFMG. E-mail: aurelio.ferreira@ifmg.edu.br

Os 200 anos da independência do Brasil, a partir da perspectiva ética exige pensar o modo como se deu, no seio da sociedade brasileira, uma ambiência fortemente marcada por preconceitos, expropriação, desigualdade e exclusão social. O que nos remete à necessidade de mantermos viva a nossa história e o modo como fomos conduzidos e como conduzimos nossas próprias vidas em uma sociedade que é, sobretudo, violenta com mais da metade da população brasileira por causa da cor da sua pele.

Em nossa Constituição Federal está consagrado que somos cidadãos e cidadãs. Mas, no país que construímos, é necessário compreender qual cidadania está em causa. O Brasil de hoje, não há dúvidas, é diferente daquele de 200 anos atrás. Hoje, é necessário e fundamental o respeito às diferenças. Mas quais diferenças são de fato respeitadas? Nesse complexo contexto que é o Brasil de hoje, em que medida os brasileiros pobres, pretos e indígenas participam da construção da cidadania, democracia e independência? Em que medida pretos, pobres e indígenas são concebidos como cidadãos e cidadãs e têm seus direitos garantidos e respeitados?

Para descobrirmos o sentido de tais palavras não podemos nos esquecer que há mais de 500 anos, este país passou a ser gestado sobre o sangue de povos originários e daqueles que foram arrancados da África e obrigados a viajar sem saber para onde, tendo talvez, uma única certeza: a de que nunca mais retornariam àquela que era sua casa. Onde viviam seus filhos, pais, mães, irmãos, irmãs. Entre 1525 e 1866, ou seja, durante 341 anos, foram arrancados da África, trazidos para a América e levados para a Europa aproximadamente 12,5 milhões de seres humanos africanos: eram crianças, jovens, adultos, homens e mulheres transportados como mercadorias, assim como transportavam também: açúcar, tabaco, ouro, diamantes, madeira.

Calcula-se que aproximadamente 1,6 milhão de seres humanos africanos morreram nessa travessia, levando-se em conta apenas as mortes ocorridos no trajeto. Tais mortes foram causadas por doenças como escorbuto, disenteria, em função das revoltas e das reações violentas dos responsáveis por aqueles seres humanos, transportados como "carga". Apesar de humanos, o manejo, a lida, o tratamento dispensado àquelas pessoas, consideradas mercadoria, tinha apenas o desafio de evitar prejuízos grandes demais, o que poderia tornar aquele "negócio" dispendioso e inviável.

No Brasil, até 1850, de acordo com Carvalho (2003), foram importados aproximadamente 3 milhões de africanos. Apesar de aqui terem chegado mais de 3 milhões de africanos, restaram pouco mais de 1 milhão. Quando os europeus aqui chegaram havia aproximadamente 4 milhões de indígenas, mas em 1822, restaram apenas 800 mil desses povos originários, pois os 3,2 milhões foram dizimados. No total, a população residente no Brasil somava, em 1822, ano da independência, um total de 5 milhões de pessoas.

As questões permanecerão abertas, pois precisam ser levadas a sério todos os dias. A cada momento que lutamos em defesa da Educação pública, de qualidade, inclusiva, gratuita e laica, o que está em questão é, ao mesmo tempo, nossa história. Assim também é, quando lutamos em defesa do SUS, em defesa de políticas públicas para a habitação, saúde, o reconhecimento das terras indígenas, emprego e renda e pela defesa de tantas outras políticas públicas que visam estabelecer e aplicar os direitos fundamentais consagrados pela Constituição Federal. O que está em jogo é o nosso passado, presente e futuro. Isso somos nós, o povo brasileiro.

Para saber mais:

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução e notas: Edson Bini. 3ª ed. Bauru, SP: 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.